



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação	
CEIOPH	
N.º Único	655645
Entrada/Saída n.º	257
Data	13/5/2020

Senhor Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação
do Território

Assunto: Solicitar ao Governo o contrato de concessão (e respetivos anexos), celebrado entre o Estado Português e a ANA – Aeroportos de Portugal.

Considerando que:

- Têm vindo a ser estudadas e discutidas as opções de expansão aeroportuária de Lisboa para responder às necessidades de tráfego aéreo.
- A 8 de Janeiro de 2019, o Estado Português e a ANA - Aeroportos de Portugal assinaram uma alteração ao Memorando de Entendimento de 15 de Fevereiro de 2017, “*para o desenvolvimento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa, através do aumento da capacidade do Aeroporto Humberto Delgado e da abertura de um novo aeroporto civil no Montijo*”.
- Em Junho de 2019, num comunicado público, o antigo bastonário da Ordem dos Advogados, Carlos Matias Ramos referiu que a construção do futuro aeroporto do Montijo, como solução complementar ao aeroporto Humberto Delgado, “*não é uma decisão do Governo, mas sim da ANA – Aeroportos de Portugal. Não é uma decisão estratégica do Governo a longo prazo, dos interesses do País. Mas sim da concessionária (Ana – Aeroportos de Portugal) que tem a faca e o queijo na mão por um contrato que lhe foi altamente benéfico*”.
- É referido num comunicado online da ANA – Aeroportos de Portugal que “*Este acordo, que sela o consenso alcançado entre as partes sobre os principais pressupostos técnicos, operacionais e financeiros do projeto, bem como a evolução da futura regulamentação económica, é um marco importante na expansão da capacidade aeroportuária de Lisboa. Os seus termos serão incluídos na adenda ao contrato de concessão, que deverá ser assinado em 2019, uma vez obtidas as autorizações ambientais. Como parte do acordo assinado hoje, a ANA investirá 1,15 mil milhões de euros*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

até 2028, incluindo 650 milhões de euros para a primeira fase da extensão do atual aeroporto de Lisboa, e 500 milhões de euros para a abertura de um novo aeroporto civil no Montijo. 156 milhões de euros serão investidos para compensar a Força Aérea e melhorar acessos ao Aeroporto Humberto Delgado e ao futuro aeroporto no Montijo”.

- Em Outubro de 2019, foi anunciada a decisão da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) de Declaração de Impacte Ambiental favorável, ainda que condicionada, relativa à construção de uma infraestrutura aeroportuária no Montijo.
- Na sequência de tais anúncios e decisões, foi aprovada, por unanimidade, a proposta n.o 782/2019, apresentada na reunião da Câmara Municipal de Lisboa (CML), no passado dia 7 de novembro de 2019, tendo sido também deliberado por unanimidade *“promover a realização de um estudo sobre os impactes diversos da exploração do Aeroporto de Lisboa, incluindo nos diversos focos de poluição identificados, incluindo os níveis de ruído e emissões existentes e efluentes produzidos, contemplando a incidência do tráfego atual na saúde pública, no bem-estar e no ambiente”*; bem como a solicitação de diversos documentos a diversas entidades, relativos a tais preocupações e problemas identificados.

Vêm por este meio os deputados do CDS-PP requerer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, que a Comissão delibere:

- Solicitar ao Governo que disponibilize e remeta para esta Comissão, o Contrato de Concessão entre o Estado português e a ANA Aeroportos (incluindo respetivos anexos), bem como todos os documentos que vinculem o Estado português para com esta empresa.

O deputado do CDS-PP

João Gonçalves Pereira



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Senhor Presidente da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Tema: Pedido de audição.

Em virtude da pandemia do COVID-19, o processo de implementação do 5G previsto para Junho deste ano foi interrompido em Março, a pedido dos operadores, argumentando ser necessário foco na monitorização e reforço das comunicações já em uso em Portugal, bem como a adaptação de metas ajustadas à circunstâncias atuais.

Vêm por este meio os deputados do CDS-PP requerer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis e assegurando o cumprimento das recomendações de higiene e segurança da DGS, que, através da Mesa e Coordenadores, seja realizada a **audição da ANACOM**, para esclarecer o Parlamento sobre a implementação do 5G no território nacional.

Os deputados,

